

JALAPÃO NO TOCANTINS: UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Jalapão in Tocantins: A Quilombola Territory

Elizeu Ribeiro Lira¹

Jonathas Adonias Xavier²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo identificar as características do território e as identificações materializadas na história de sobrevivência sócio territoriais das comunidades quilombolas do Jalapão-To, levando em consideração a trajetória histórica dos quilombos no Brasil, e as complexidades e possíveis perspectivas dos sujeitos quilombolas na luta pela conquista definitiva de suas terras. É também uma tentativa de compreender a dinâmica sócio-territorial e situações referentes aos aspectos históricos e geográficos. Apontando materialidades de ancestralidades históricas afrodescendentes que ajudarão a definir os quilombolas e a construir uma consciência de afirmação de identidade, na perspectiva de que o Jalapão seja considerado acima de tudo como um território quilombola.

Palavras Chave: Território, Quilombo , Tradição.

ABSTRACT

The present article has to identify the characteristics of the territory and the identifications materialized in the socio-territorial survival history of the quilombola communities of Jalapão-To, taking into account the historical trajectory of the quilombos in Brazil, and the complexities and possible perspectives of the quilombola individuals in the fight for definitive conquest of their lands. It is also an attempt to understand socio-territorial dynamics and situations concerning historical and geographical aspects. Pointing out materialities of Afro-descendant historical ancestry that will help define quilombolas and build an awareness of identity affirmation, in the perspective that Jalapão is considered above all as a Quilombola territory.

Key words: Territory, Quilombo , Tradition.

¹ Prof. Dr. do Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins.

² Licenciado em História e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins.

Introdução

Quando pesquisamos um Quilombo, precisamos ter consciência que vamos entrar em um universo de resistência territorial, onde resiste uma diversidade de manifestações originadas na África re-significada aqui no Brasil. Essas relações afrodescendentes são a base da formação territorial das comunidades quilombolas que é o maior legado das trajetórias das lutas contra a escravidão no decorrer da história. É nesse contexto que este trabalho apresenta, pela primeira vez como resultado de pesquisa, o Jalapão como um território inteiramente quilombola e que esse aspecto deve superar todas suas outras características sejam elas econômicas ou ambientais.

No caso das comunidades quilombolas do Jalapão, todas elas enfrentam uma luta histórica pela demarcação de seus territórios e valorização de sua cultura e sua identidade quilombola, levando em consideração a formação, e organizações, e a resistência no que diz respeito aos direitos territoriais e as sociabilidades inerentes dessas comunidades.

Ressaltamos a importância destes aspectos sócio territoriais, levando em consideração que o Jalapão recebe uma grande circulação de turistas, e possuindo visibilidade no mundo, na qual suas paisagens e pontos turísticos, são bastante frequentados e comercializados, mas há uma contradição neste sistema de serviços turísticos pois os lucros ficam com as empresas. Os habitantes das comunidades quilombolas ficam apenas com os impactos dessas atividades, que entra em choque com as atividades tradicionais locais que são a base do sustento das famílias que vivem secularmente no Jalapão.

Com a abolição da escravidão no Brasil, os negros escravizados obtiveram liberdade, porém sem reivindicar a repartição de terras. Ex-cativos se mudaram para outras fazendas ou continuaram nas mesmas em que tinham sua mão-de-obra escravizada, empregando-se como assalariados, meeiros, parceiros, etc. Outros foram labutar em terras devolutas, em alguns casos ocupando terras doadas por escravistas, por meio de doação, compra ou outras formas. (Fiabani, 2012. pg. 16). Se consolidando como comunidades tradicionais, mas que ainda possuem definição diversificada, inclusive os ditos quilombos que se espalharam por todo país, e constantemente se envolvem em problemas agrários (Fiabani, 2015).

O Estado do Tocantins possui em seu território mais de 30 comunidades certificadas pela FCP (Fundação Cultural Palmares). Na microrregião do Jalapão que está localizada entre quatro Estados, sendo eles: Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. Existe cerca de 10 comunidades quilombolas. Sendo que em 2001, algumas dessas comunidades passaram por um processo de controle sobre suas práticas de subsistência, pois as famílias da microrregião tiveram que migrar ou conter certas criações e práticas realizadas com a criação do Parque Estadual do Jalapão (Chagas, 2007).

Em algumas obras referentes à trajetória histórica dos Quilombos no Brasil como: “Os Quilombos e a rebelião negra” de Clóvis Moura, expõe como a coroa portuguesa tentou definir as comunidades quilombolas no Brasil, vários outros autores também abordam a respeito de questões relacionadas aos quilombolas como: Emilia Viotti da Costa, Vicente Sales, Jacob Gorender, etc. Adelmir Fiabanni em “Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)” e “Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988 – 2008)”, aponta como novas pesquisas que procuram dar conta da complexa literatura e leis federais que define o que é um quilombo, e assume também novas interpretações, a respeito da compreensão teórica metodológica do conceito de Quilombo, pretende-se realizar discussões importantes e iniciar os estudos sobre as várias maneiras de como se constituíram e como se desenvolvem.

É notório a confusão que fazem a respeito do conceito de quilombo, mesmo dentro da academia, confusão que envolve também as comunidades, pois afeta as questões no que diz respeito a posse e o uso da terra, que surgem as vezes nos momentos de conflitos e resistência na disputa que as comunidades negras enfrentam pela permanência e demarcação de seus territórios.

Quilombos no Brasil: Discussões Teóricas

No período referente ao regime escravista, os negros escravizados representavam cerca de um terço da população total (Prado Junior, 1998, pg. 142). E foram os principais protagonistas na história econômica do país, atuando com suas técnicas de trabalho nos mais importantes períodos econômicos da história do Brasil, como na produção de cana-de-açúcar, mineração, algodão, agricultura e café. Além de dominadores das técnicas de produção, também foram mercadorias comerciais até a abolição do tráfico negreiro (Prado Junior, 1998).

A oficialização da abolição da escravatura ocorreu em 1888, trazendo a liberdade dos negros escravizados, uma revolução social impulsionada pelo movimento abolicionista e por revoltas, fugas e quilombos, que apressaram o fim de um regime de mais de 300 anos, na qual o homem negro de origem africana já havia suportado, na medida do possível, as várias faces do escravismo (Moura, 1981).

Porém, os negros não haviam conquistado sua autonomia total. Pois, para onde foram e o que fariam após a abolição? Foi apenas uma liberdade institucionalizada que não impediu que vários negros continuassem o trabalho não remunerado, em troca apenas de abrigo e alimentação. E protagonizassem uma das maiores lutas na história brasileira, que é a luta pela terra.

A migração para o meio urbano foi uma das alternativas, sendo os negros, principais agentes das formações das chamadas “favelas”, ou sitiados nas margens das cidades. Historicamente excluídos politicamente e economicamente, agora de maneira mais subjetiva, situação que (Campos, 2005) descreve em *Do Quilombo à Favela*.

Os quilombos também foram um dos trajetos de diversos negros. Comunidades que inclusive, segundo informações da FCP ultrapassam a quantidade de 2600 comunidades remanescentes de quilombos que já foram certificadas no território nacional, sendo que, provavelmente 44 estão localizadas no Tocantins.

No entanto, o território e a identidade territorial são características interligadas (Lima e Almeida, 2012), e as comunidades quilombolas bem como as comunidades rurais negras resistem até a atualidade, na tentativa de valorizar a identidade e saberes culturais, e organizações de trabalho que evidenciam a importância da preservação cultural das comunidades e a consolidação do território a partir das práticas culturais.

Algumas comunidades já são consideradas quilombolas, mas ainda não foram reconhecidas conforme a constituição de 1988, que aprovou o direito a terra, através da demarcação e titulação das terras para os quilombolas. Mas o quadro de titulações de territórios quilombolas é pouco priorizado, por falta de vontade política e de atenção aos direitos quilombolas. As transições políticas também interferem nas leis de demarcação e no avanço das titulações das terras (Fiabani, 2015).

O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) diz que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, responsabilidade que atualmente é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Que tem como exigência inicial do processo de titulação o auto reconhecimento emitido pela FCP, que é também motivado por pesquisas voltadas para essas comunidades que comprovem ligação com a identidade quilombola.

Essas comunidades ainda estão excluídas de direitos básicos como educação, saúde e transporte público, e a demora no processo de demarcações facilita a ocorrência de expropriações de terras, influenciado pela visibilidade internacional, processo que sempre ocorreu nas pequenas famílias de camponeses, forçando assim a migração para o espaço urbano.

Dando continuidade a uma dominação histórica no Brasil, onde uma elite branca, possuidora dos bens de capital, demonstra seu poder e status a partir da posse da propriedade privada e grandes extensões de terras. O processo de ocupação de terras deveria ocorrer através da compra ou herança, mas ocorrem outros meios de ocupação vinculados principalmente à atuação de grileiros (Costa, 1998).

A maior perda enquanto não ocorre à consolidação desses territórios para os camponeses negros, é no campo social e econômico, impedidas de ter seus territórios consolidados e demarcados definitivamente, acabam deixando de exercer suas

práticas cotidianas para subsistência. Pois, o fator espacial é influenciado pelas práticas econômicas e recursos utilizados entre classes sociais (Chagas, 2007).

O território é uma extensão apropriada e usada, e é no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural (Santos, Silveira, 2005). E o quilombola precisa da consolidação desses territórios.

Pois, a construção econômica e social do território brasileiro se deve a participação decisiva dos negros, que com sua mão-de-obra, impulsionaram o desenvolvimento econômico da sociedade e da elite. Porém, foram postos às margens da sociedade (Moura, 1981).

A imposição de inferioridade histórica aos negros sustentou o status e os privilégios dos senhores brancos (Costa, 1998). Situação estabelecida à base de um sistema escravista severo e violento, um fator essencial para produção de gêneros tropicais (Gorender, 1978).

Entretanto, a exploração da mão-de-obra dos negros não foi uma dominação aceita pacificamente. Tendo em vista que os maus tratos, a violência, o excesso de trabalho, e a humilhante condição de escravo e mercadoria permaneciam. Vários negros fugiam para o mato em busca de liberdade, formando o que viriam a se constituir como comunidades quilombolas ou quilombos (Moura, 1981).

Em 1740 o Rei de Portugal define quilombos como: “...toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1981, pg. 17).

Além dos quilombos, a resistência à escravidão ocorria na forma de fugas, assassinatos, suicídios, sabotagem de ferramentas, desamor ao trabalho, insurreições, e atentados a seus senhores (Fiabani, 2012), inclusive, “Luíz Gama - filho de negra rebelde- afirmava que o escravo que matava seu senhor praticava um ato de legítima defesa...” (MOURA, 1981, pg. 79).

Os quilombos se espalharam por todo o território brasileiro, principalmente nas áreas mais isoladas, com organizações sociais e econômicas próprias, e até mesmo organização militar, como foi o caso dos maiores quilombos: Quilombo do Ambrósio em Minas Gerais, e Quilombo dos Palmares em Alagoas, sendo que Palmares é considerada por alguns pesquisadores como a maior resistência social, militar, econômica e cultural ao sistema escravista (Moura, 1981). Porém, mais

comuns eram os quilombos menores, como é o caso das comunidades quilombolas do Jalapão.

No entanto, o território e a identidade territorial são características interligadas (Lima e Almeida, 2012), e as comunidades quilombolas bem como as comunidades rurais negras resistem até a atualidade, na tentativa de valorizar a identidade e saberes culturais, e organizações de trabalho que evidenciam a importância da preservação cultural das comunidades e a consolidação do território a partir das práticas culturais.

As comunidades quilombolas de menor expressão mantinham estruturas diferenciadas dos grandes quilombos, com enorme complexidade, inclusive na distribuição do trabalho, na ocupação de seus territórios e nas relações de espaço e poder.

Os maiores quilombos possuem várias pesquisas a respeito, e os menores ainda são pouco estudados, e de origem pouco comprovada (Fiabani, 2015). Há a necessidade de que pesquisadores estudem melhor os quilombos, e que possam ser acompanhadas suas trajetórias no decorrer da história (Moura, 1981).

Por existir fragmentos de desigualdade social que perpetuam até a atualidade, na forma de segregacionismo social e econômico. Existe uma marginalização das camadas sociais menos favorecidas economicamente, sustentando preconceitos e desigualdades mesmo após a abolição de um regime de mais de 300 anos.

O conceito de Quilombo possui origem na resistência do negro à escravidão, e historicamente vêm tentando a consolidação dos seus territórios, através da demarcação e titulação. E desde então vem assumindo novas ressignificações com o objetivo de auxiliar a produção de laudos para as comunidades (Fiabani, 2015), onde a ressignificação consiste em abranger a definição de quilombo adotada pela coroa portuguesa. Ou seja, o Quilombo se define pela presença do trabalhador negro em áreas desfavorecidas socialmente (Fiabani, 2012).

E esses trabalhadores dependem e precisam da terra para organização de seu território, e a distribuição das pessoas e da produção sobre o território, sendo que a produção muda de acordo o movimento das pessoas (Santos, 2008, pg 79).

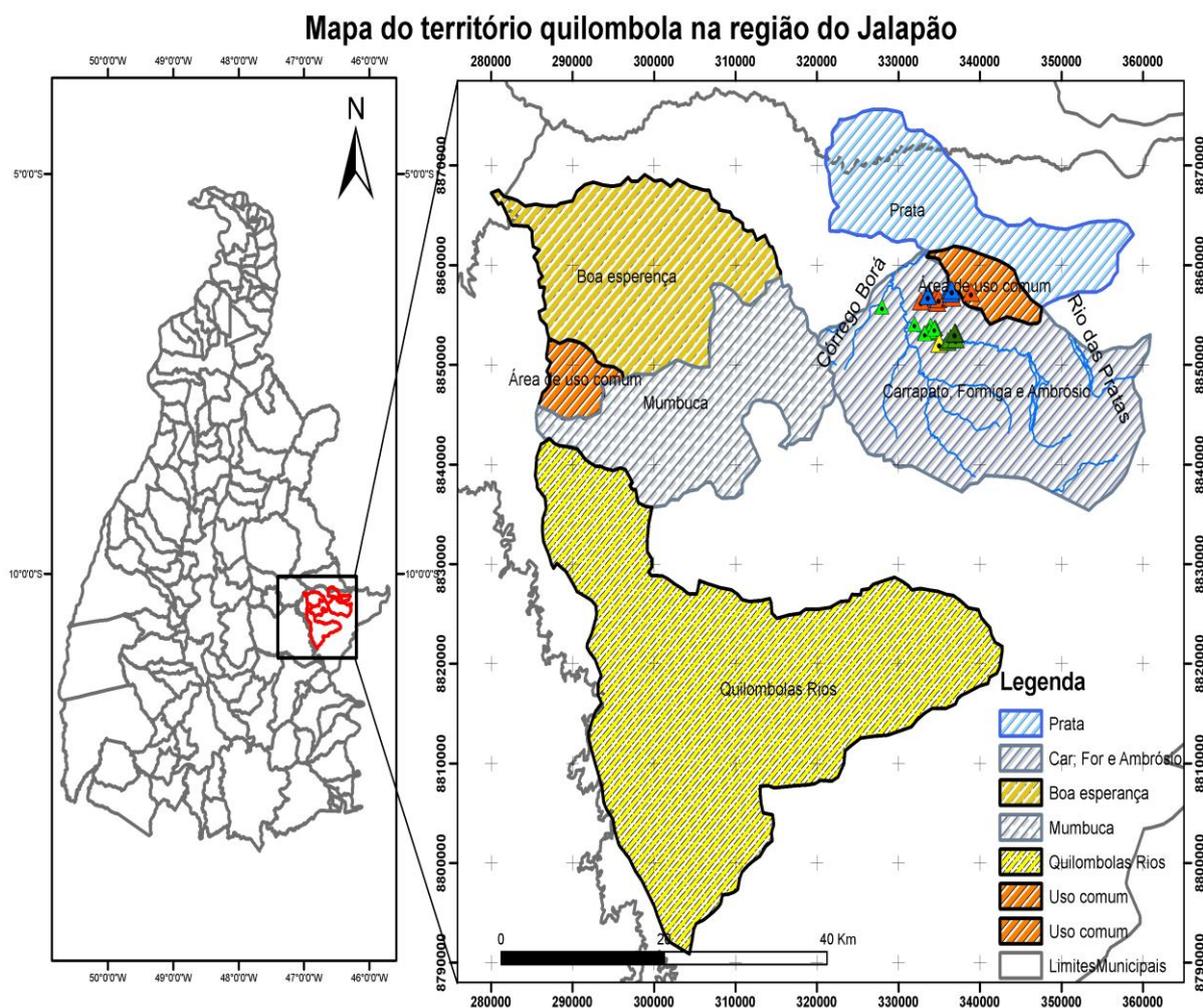
A atuação do negro tem uma ligação muito profunda com a constituição e consolidação do território nacional, e as comunidades quilombolas persistem em uma luta pelo reconhecimento nesse processo e a consolidação de seus territórios para a

manutenção de suas práticas culturais. É uma unidade e diversidade, uma questão central da história humana, com suas diversas etapas e situação do momento atual (Santos, Silveira, 2005, pg 20), pois o território é um campo de conflitos.

Comunidades e territórios quilombolas na Região do Jalapão – TO

Alguns fatores foram de grande importância na formação dos quilombos pelo interior do território brasileiro, o desejo de liberdade e controle sobre a produção de sua força de trabalho foram as maiores motivações. Assim, os quilombos foram tomando forma naturalmente à medida que acolhiam escravos fugidos, que procuravam condições geográficas favoráveis à permanência em liberdade. “Um território com relevo favorável – densas matas, presença de rios, montanhas escarpadas, pântanos e mangues – facilitava o estabelecimento e a estabilidade de um quilombo, dificultando sua identificação-repressão” (Fiabani, pgs 251 e 252. 2012).

Os lugares escolhidos para serem estabelecidos os quilombos, costumavam ser áreas distantes dos perímetros urbanos e isoladas, tal como são as comunidades que estão localizadas no Jalapão-To.



Fonte: SEPLAN Org. PEREIRA 2012

Comunidades Quilombolas do Jalapão: primeiros contactos

O nosso primeiro contacto com as comunidades do Jalapão surgiu com nossa participação em uma pesquisa referente as condições sócio econômicas de populações em comunidades quilombolas, um projeto que foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da UFT campus de Porto Nacional.

Assim, depois de um breve levantamento bibliográfico e visitas aos territórios, podemos levantar algumas idéias sobre as transformações históricas e outros aspectos jurídicos territoriais vividos pelas comunidades negras no novo Estado do Tocantins. O INCRA, disponibiliza um quadro quantificando as

comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, mas são das preliminares e muito pobre de informações, não apresenta por exemplo, a situação fundiária dessas comunidades. (ver quadro abaixo):

Quadro 1: Relação das Comunidades Reconhecidas como Remanescentes de Quilombos no Estado do Tocantins.

Nº De Ordem	Comunidade	Município	DIÁRIO OFICIAL
01	Lagoa Da Pedra	Arraias	10/12/2004
01	Mimoso	Arraias	12/09/2005
01	Barra Da Aroeira	Santa Tereza Do Tocantins	20/01/2006
02	Cocalinho E Arredores	Santa Fé Do Araguaia Do Tocantins	20/01/2006
03	Laginha E Áreas Vizinhas	Porto Alegre Do Tocantins	20/01/2006
04	Mumbuca	Mateiros	20/01/2006
05	Povoado Do Prata	São Félix Do Tocantins	20/01/2006
06	Projeto Da Baviera	Aragominas	20/01/2006
07	Redenção	Natividade	20/01/2006
08	São Joaquim E Áreas	Porto Alegre To	20/01/2006
09	São José	Chapada Da Natividade	20/01/2006
10	Chapada Da Natividade	Chapada Da Natividade	20/01/2006
11	Córrego Fundo	Brejinho De Nazaré	20/01/2006
12	Distrito Do Morro De S. João	Santa Rosa Do To	20/01/2006
13	Malhadinha	Brejinho De Nazaré	20/01/2006
01	Grotão	Filadélfia	09/12/2008
01	Mata Grande	Monte Do Carmo	05/05/2009
02	Santa Maria Das Mangueiras	Dois Irmãos	19/11/2009
03	Carrapato	Mateiros	19/11/2009
04	Formiga	Mateiros	19/11/2009
05	Ambrósio	Mateiros	19/11/2009
01	Curralinho Do Pontal	Brejinho De Nazaré	24/03/2010
02	Dona Juscelina	Muricilândia	24/03/2010
03	Rio Das Almas	Jaú Do Tocantins	24/03/2010
04	Lajeado	Dianópolis	28/04/2010
05	Manoel João	Brejinho De Nazaré	06/07/2010
06	Baião	Almas	04/11/2010
07	Ilha De São Vicente	Araguatins	27/12/2010
08	Pe Do Morro	Aragominas	27/12/2010
01	Claro	Paraná	18/03/2014
02	Prata	Paraná	18/03/2014
03	Ouro Fino	Paraná	18/03/2014
01	Boa Esperança	Mateiros	02/02/2015
Total - 33 Comunidades Afro-descendentes			

Fonte: INCRA

Levando em consideração tais perspectivas, este trabalho contempla a tentativa de compreender a dinâmica sócio territorial de comunidades quilombolas na microrregião do Jalapão, através de uma análise de base socialista, onde situações referentes aos aspectos históricos e geográficos são abordadas, apontando materialidades de ancestralidades históricas afrodescendentes que ajudarão a definir os quilombolas do Jalapão e a construir uma consciência de afirmação de identidades sócio territoriais dessas comunidades na região.

Os quilombolas de que tratamos aqui, não dominam expressivamente as práticas comerciais geradas pelo turismo no parque do Jalapão. Geralmente essa atividade econômica é agenciada por empresas de turismo que atua na região como: Beleco Turismo, Korumbo Expedições, Norte Tur, e outras. Restando aos posseiros quilombolas e demais camponeses, a produção tradicional na agricultura, venda de artesanatos confeccionados com capim dourado, ou prestação de serviços, normalmente como guias turísticos, ainda favorecendo economicamente empresários e comerciantes que na sua grande maioria são todos de fora do estado.

Essas comunidades por estarem isoladas possuem pouca visibilidade e dificulta suas inclusões, nas políticas públicas as quais legalmente lhes são destinadas pelo estado. As cidades mais próximas que deveriam dar esse tipo de suporte são Mateiros e São Felix do Jalapão, que estão localizadas a cerca de 360 km da capital do Tocantins, Palmas, além disso, a região é muito arenosa e de difícil acesso a automóvel.

A comunidade quilombola Mumbuca a primeira reconhecida pela Fundação Palmares é a mais conhecida e, portanto a mais visitada pelos turistas, tem inclusive uma organização definida e uma associação consolidada, valorizando a cultura tradicional e mantendo partes de suas identidades Afro. Por outro lado assim como as demais comunidades enfrenta problemas de aspectos legais para organizar suas atividades de auto sustentação e para definir a demarcação do seu território. Mas de certa forma está mais atendida que as outras principalmente as mais isoladas na mata, que estão em profunda desvantagem na luta pela consolidação de seus direitos ao acesso as políticas públicas e a demarcação definitiva dos seus territórios.

As quais são Ambrósio, Boa Esperança, Q. Rio Novo, Carrapato, Formiga, Prata, Riachão (mapa) e algumas outras ainda não reconhecidas, também possuem organizações próprias, segundo a Fundação Palmares, que constituem os territórios e

a identidades de comunidades quilombolas. Ou seja, possui um ambiente sócio econômico e territorial de acordo com suas atividades tradicionais.

Um dos aspectos mais visíveis que fornece elementos de análise de suas existências é a luta pelo território, pois todas elas inclusive a Comunidade Mumbuca estão em litígio territorial com o Parque Estadual do Jalapão, uma área de preservação ambiental criada por lei estadual, sem levar em conta a presença histórica das comunidades em seu interior, ficando as comunidades, refém dos marcos regulatórios do parque, que proíbe qualquer espécie de atividade tradicional como, por exemplo, a prática de plantação em roças de toco, a caça, e coleta de frutos deixando assim as comunidades em profunda insegurança alimentar e de subsistência de seus territórios.

Assim, enquanto o Jalapão como região turística de reconhecimento internacional, recebe uma grande circulação de turistas, e ganha visibilidade através de suas paisagens exóticas, rios, lagos, dunas e cachoeiras, os lucros ficam com as empresas de turismo. Os habitantes quilombolas vão para as roças tradicionais, plantar: mandioca, inhame, feijão, batatas e colher: buriti, murici, mangaba, capim dourado e outras atividades sertanejas que dão a manutenção de sua subsistência como indivíduos pertencentes a comunidades quilombolas. (...) “que são à base do sustento centenários das famílias, às vezes ameaçadas pelas leis de Parques ambientais, mas que forma um conjunto de práticas que definem o território, principalmente quando levamos em conta a interdependência e a materialidade e o seu uso, que inclui a ação humana” (Santos, Silveira, 2005).

Dentro da diversidade territorial dos quilombolas do Jalapão há que se entender o caso das comunidades Ambrósio, Carrapato e Formiga que se encontram próximas umas das outras e obtém uma única associação responsável pelas três comunidades, ou seja, as comunidades se organizam através de uma única associação. Mas o interessante é que cada uma delas possuem características próprias, como a escolha dos seus nomes, que normalmente fazem referência aos rios que banham seus territórios e a práticas culturais às vezes também diferenciadas, pois cada uma delas costuma comemora e/ou festejar um dia santo diferente da outra.

Os quilombolas do Jalapão enfrentam a falta de serviços públicos, notável pela ausência de recursos básicos como educação, estradas e energia elétrica (Luzia Alves dos Santos também conhecida como Dona Miúda (In memorian), camponesa

moradora na região, relata que só veio ter acesso a energia elétrica em sua casa no ano de 2015), uma das evidências que demonstram como os recursos são precários ou não acessíveis. Sendo difícil o acesso a sua propriedade, forçando a camponesa a levar seus filhos e netos para estudar e ter acesso a serviços públicos básicos na cidade de Mateiros.

Além das preocupações referentes aos serviços básicos, há ainda o temor sobre o acesso à terra e domínio da produção. A demarcação, titulação e posse definitiva e coletiva incomoda a elite e gera conflitos, pois evitariam algumas práticas de expropriação. Mas há conflitos até mesmo entre as comunidades negras, principalmente sobre a administração de pontos turísticos.

A titulação consolidada para as comunidades negras representa a retirada de terrenos comercializáveis do mercado imobiliário do Brasil e evita a apropriação de pontos turísticos por estrangeiros. Pois, as terras quilombolas não podem ser vendidas e funcionam com um sistema de propriedade coletiva. Assim, não darão mais lucro às imobiliárias, a fazendeiros e ao Estado com impostos de transferências, podendo também afetar o lucro das empresas turísticas.

Porém, sem a titulação das terras quilombolas, o conjunto das práticas que definem a identidade quilombola fica em risco, e a possibilidade da expropriação das terras elimina até mesmo o básico, pois o sustento das famílias das comunidades gira em torno da terra.

Para preservação da cultura e identidade, é fundamental que as comunidades negras cuidem do artesanato, das festas, das danças e demais fatores culturais. Mas, sem esquecer que, se não há terra, não haverá mandioca para pôr na panela. Se não há terra, não haverá tempo para fazer suas manifestações religiosas. E até mesmo continuar com o artesanato do capim dourado. Assim, percebe-se como a titulação das terras é fundamental para a reafirmação e preservação de uma das maiores formas de resistência à opressão imposta ao negro no decorrer da história.

Em uma conversa informal com o quilombola, Leandro Pereira da Silva, da comunidade Formiga, com mais de 80 anos de idade, também conhecido como Liano, que afirmou ser descendente de escravos fugidos da Bahia, disse ter vendido parte de sua terra para um branco de outra região, que instalou um ponto turístico.

No entanto, afirma também estar arrependido por ter vendido parte de suas terras a preço baixo, e ressalta ainda que isso ocorreu devido à falta de conhecimento

do mesmo sobre a valorização de sua terra, e precariedade dos serviços públicos, que culminaram na falta de recursos financeiros até mesmo para comprar remédios, mantimentos básicos, e falta de recursos para trabalhar à terra, resultando na expropriação.

Então, a microrregião do Jalapão é acima de tudo um território quilombola, com a ocupação territorial de várias comunidades quilombolas, algumas têm suas origens vinculadas à migração de escravos fugidos do nordeste, onde Estados como Bahia, Piauí e Maranhão fazem divisa geograficamente.

Considerações finais

Conclui-se que o Jalapão, mesmo com suas belezas naturais, possui áreas com grande escassez de políticas públicas, principalmente nas áreas onde se localizam as comunidades quilombolas. Proporcionando assim, situações que desvalorizam as tradições dessas comunidades e dificulte a realização ações que consolide a condição de comunidades afrodescendete, condições que as levariam a pertencer um calendário nacional das políticas de afirmação racial.

As péssimas condições das estradas, pouco investimento em educação, saúde e assistência para a manutenção e trabalho da terra evidencia a ausência de atenção pública com as comunidades tradicionais, que acaba resultando na migração para as cidades e influencia na procura por formas alternativas de sobreviver, afetando seus hábitos e costumes.

Situação propícia à descaracterização da identidade dessas comunidades, contribuindo para a falta de uma consolidação territorial e de garantia permanente da posse de suas terras.

Assim podem acabar perdendo até a capacidade de manter suas tradições e necessidades básicas, como plantar arroz, feijão, mandioca, e a confecção do artesanato de capim dourado, estando vulneráveis as várias formas de expropriação.

Pois antes de ser reconhecido mundialmente, pelo turismo de aventura o Jalapão é antes de mais nada um território Quilombola, no seu interior possui diversos

Quilombos, com organizações e identidades próprias na sua maioria ainda desconhecidos.

Bibliografia Básica

ALTO, Rosana Lacerda Monte. **Saberes e Fazeres Quilombolas: diálogos com a Educação do Campo**. Minas Gerais, Universidade de Uberaba. 2012.

ALMEIDA, Maria Geralda; PEREIRA, Bruno Magnum. **QUINTAL KALUNGA COMO LUGAR E ESPAÇO DE SABERES**. GEONORDESTE, Ano XXII, n.2. 2012.

ARAÚJO, Marli Gondim de. **A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia**. Colômbia. Revista Colombiana de Geografia. Vol. 21, n.º 1, 2012.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **O processo histórico dos quilombos e o caso de Furnas de Dionísio**. Revista IDEAS (Interfaces do Desenvolvimento Agricultura e Sociedade), v.5, n. 1, p.274-291, 2011.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de; SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO NAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS**. Ambiente e Sociedade - Ano V - No 10 – 2002.

CHAGAS, Rodolfo Pereira de. **Políticas territoriais no estado do Tocantins: um estudo de caso sobre o Jalapão**. São Paulo. USP, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à Republica: Momentos decisivos**. São Paulo. Unesp. 1998.

_____. **A Abolição**. São Paulo. Global Editora. 1988.

DOLCE, Julia.; MEDEIROS, Nana. **A resistência das comunidades quilombolas no Jalapão**. Revista VAIDAPÉ, 2014. Encontrada no site: <http://revistavaidape.com.br/blog/2014/04/a-resistencia-das-comunidades-quilombolas-no-jalapao/>

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 - 2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Os Novos Quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988 – 2008)**. Palmas - TO: Nagô Editora, 2015.

GAMA, Alcides Moreira. **O direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades descendentes de quilombos**. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/O-direito-de-propriedade-das-terras-ocupadas-pelas.pdf>

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2002.

JUNIOR, Sérgio Serafini. **O processo histórico da regionalização brasileira**. São Paulo, Revista Conhecimento prático: Geografia. Edição nº 39, agosto de 2011.

LIMA, Luana Nunes Martins de. ALMEIDA, Maria Geralda. **A identidade territorial Kalunga e perspectivas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades Diadema e Ribeirão**. Goiás. Revista Territorial, v.1, n.1, p.88-111, jul./dez. 2012.

LIRA, E.R. e VALADARES, A.R. **Aspectos Socioculturais E Econômicos Da Comunidade Afrodescendente São Joaquim No Município De Porto Alegre-TO**. In, Território E Diversidade Territorial No Cerrado: CIDADES, PROJETOS REGIONAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Ed. Kelps, Goiânia-GO, 2013.

LIRA, E. R. **Os Congos do Tocantins: Africanidade e resistência cultural**. Mimeo: 2003.

LIRA, E. R. **Os Congos na Festa do Carmo: Alguns Entendimentos Iniciais**. **Almanaque cultural do Tocantins**, ano 02, volume 12, Palmas Nov. 2000.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira: **Experiências Históricas dos Quilombos no Tocantins: Organização, Resistência e Identidade**. UNESP-FCLAS- CEDAP, V, 5, N-1, P.107-126-out-2009.

MELO, José Carlos de. **Por entre as águas do sertão: currículo e educação ambiental das escolas rurais do Jalapão**. São Paulo. PUC-SP; 2011.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo. Ed,Brasiliense. 1981.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2016. 16ª ed.

SANTOS, Roberto de Souza (org). **Educação, território e cultura quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisa**. Goiânia: Kelps, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 6ª ed.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências/ Comunidades Quilombolas do Jalapão: os territórios quilombolas e os conflitos com as unidades de conservação. Manaus: UEA edições, N. 5. 2016.

Sites utilizados:

http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

http://www.incra.gov.br/passos_a_passos_quilombolas

<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017>

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

<http://www.apato.org.br/>

<http://www.palmares.gov.br/>

<http://www.incra.gov.br/>